



<https://doi.org/10.51880/ho.v29i1.1585>



História, memória e esquecimento: lembrar e esquecer a desigualdade de gênero vivenciada por Geminiana Bringel nas décadas de 1960 e 1970

Roger Kenned Repólho de Oliveira*

ORCID iD 0000-0002-8387-5747

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Júlio Cláudio da Silva*

ORCID iD 0000-0002-4088-9612

Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins e Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Resumo: O presente artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa iniciada em 2016 dedicada a refletir sobre o lugar das mulheres na política por meio da trajetória da primeira vereadora e prefeita interina do município de Parintins Geminiana Campos Bulcão Bringel (Gemica). A vereadora teve uma atuação política que se estendeu de 1956, passando por 1964, até 1982, ou seja, perpassa pelo início e o fim da ditadura civil-militar do Brasil. Este artigo, em específico, buscou analisar como as memórias sobre as desigualdades de gênero presentes na atuação na política da vereadora Gemica Bringel em Parintins são selecionadas pelos sujeitos, aqui analisados, para delimitar fronteiras de grupos políticos. Os sujeitos, ex-vereadores do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e cidadãos da sociedade parintinense, lembram das desigualdades que a vereadora sofreu nos espaços públicos e políticos em que atuou. Enquanto dois vereadores do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), contemporâneos do primeiro grupo em seus processos de construção de memórias, não possuem essa memória. Mostrando como o ato de lembrar ou de esquecer são delimitadores, fronteiras e espaços entre grupos que querem ou não fazer ou se sentir pertencentes. Entendemos que as memórias dos sujeitos sobre a desigualdade de gênero revelam o lugar imposto para as mulheres na arena política e as relações de poder ali presentes. Porém, neste trabalho, nos propomos olhar esses outros aspectos dessas mesmas memórias em si. Para tal análise, utilizamos a metodologia de construção e análise de fonte histórica oral para entendermos as

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazonia pela Ufam) e graduação em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas (Uea). E-mail: rogerkenned90@gmail.com.

* Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/Ufam). Professor Adjunto de História na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutorado em História, Mestrado em História Social e graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: julio30clps@gmail.com.

narrativas desses sujeitos que conviveram e que possuem memórias sobre a atuação política da vereadora. A atuação da professora se mostra emblemática e extensa, possibilitando entendermos as relações políticas no ato de lembrar e esquecer, fazendo assim ampliar o nosso olhar para as memórias dos sujeitos.

Palavras-chave: memória; esquecimento; gênero.

History, memory and forgetting: remembering and forgetting the gender inequality experienced by Geminiana Bringel in the 1960s and 1970s

Abstract: The present article presents partial results of a research project initiated in 2016, dedicated to reflecting on the place of women in politics through the trajectory of the first female councilor and interim mayor of the municipality of Parintins, Geminiana Campos Bulcão Bringel (Gemica). The councilor's political career extended from 1956, through 1964, until 1982, thus spanning both the beginning and the end of Brazil's civil-military dictatorship. This article, specifically, sought to analyze how memories of gender inequalities present in councilor Gemica Bringel's political activity in Parintins are selected by the subjects examined here to delineate boundaries between political groups. The subjects, former councilors from the Brazilian Democratic Movement (MDB) party and citizens of Parintins Society, recall the inequalities the councilor faced in the public and political spaces in which she acted. Meanwhile, two councilors from the National Renewal Alliance (Arena) party, contemporaries of the first group in their processes of memory construction, do not share this memory. This demonstrates how the act of remembering or forgetting serves as a delimiter, a boundary, and a marker of belonging between groups that do or do not wish to participate or feel included. We understand that the subjects' memories of gender inequality reveal the place imposed on women in the political arena and the power relations present there. However, in this work, we propose to look at other aspects of these same memories themselves. For such analysis, we used the methodology of constructing and analyzing oral historical sources to understand the narratives of those subjects who lived through and retain memories of the councilor's political activity. The professor's political activity proves to be emblematic and extensive, allowing us to understand political relations in the act of remembering and forgetting, thereby broadening our perspective on the subjects' memories.

Keywords: memory; forgetting; gender.

Introdução

O presente artigo dedica-se a examinar os processos de construção de memória, ou seja, o ato de lembrar e/ou esquecer a desigualdade de gênero vivenciadas por Geminiana Bringel nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, analisamos as memórias públicas de dois grupos: os ex-vereadores dos partidos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do município de Parintins (AM) sobre Geminiana Campos Bulcão Bringel, conhecida como “Gemica”, o que permite identificar as relações de desigualdades de gênero sofridas ou não pela vereadora na arena política.

Os processos de construção de memórias dos dois grupos de vereadores do

município de Parintins parecem sofrer interferências do presente no ato de lembrar e esquecer dos entrevistados. As narrativas de nossos colaboradores sobre a temática das relações de gênero na trajetória política da vereadora parecem mostrar elementos centrais para delimitar fronteiras nas memórias dos sujeitos. Utilizando a metodologia de construção de fonte, a história oral, buscamos compreender essas construções de memórias nas narrativas dos sujeitos e autores, como Pollak (1989, 1992), Ferreira (2012) e Alberti (2011).

Pudemos identificar, por meio da análise das narrativas de nossos colaboradores, dois grupos políticos, com as memórias que entram em embate sobre um mesmo assunto: teria a vereadora Gemica sofrido com as desigualdades de gênero na política de Parintins? Os dois políticos arenistas se utilizam do ato de lembrar e do ato de esquecer para fazerem valer seus discursos.

Essas memórias são acionadas de diferentes maneiras, o primeiro grupo é composto por pessoas que, em suas narrativas sobre a atuação da vereadora na arena pública, possuem relatos sobre desigualdades de gênero sofridas por ela. Nesse grupo temos um ex-vereador do partido MDB e duas amigas de Gemica Bringel, pessoas que conviveram com a vereadora em fases distintas de sua vida.

O segundo grupo de entrevistados é composto por pessoas que fizeram parte do partido Arena, seguiram ligados a ele até o final da década de 1970 e depois, com as sinalizações do fim da ditadura, mudaram ou saíram do partido. Esses entrevistados não possuem em suas narrativas e memórias as desigualdades de gênero na atuação de Dona Gemica Bringel.

Os dois grupos acionam memórias distintas sobre uma mesma atuação política da professora, primeira vereadora e prefeita interina do município de Parintins, fazendo-nos pensar que maneiras e com quais interesses esses dois grupos rememoram a atuação de Gemica, conforme discutido por Pollak em *Memória e identidade social* (1992, p. 5), quando fala sobre a memória, que seu ato de lembrar é por “uma memória de si para si e para os outros” estabelecendo inclusive o modo de se verem no hoje.

Um breve sobrevoo na trajetória da vereadora e professora Geminiana Bringel

Geminiana Campos Bulcão Bringel nasceu em Parintins em 1923, segundo o seu

título de eleitor, em 10 de julho.¹ Dona Gemica foi professora e supervisora escolar.² No campo político, foi a primeira mulher a ser eleita para um mandato na Câmara de Vereadores de Parintins (Butel *et al.*, 2011). Inicia sua trajetória política na metade do século XX, em sua atuação na Câmara Municipal participou de comissões como a Comissão de Constituição e Justiça, foi presidenta da Comissão de Redação Final.³ Foi presidenta da Comissão de Finanças e Orçamentos.⁴

O século XX foi um período marcado por avanços nas ideias feministas e com subsequentes avanços e conquistas das mulheres (Garcia, 2015). Em 1956, aconteceu o início de sua carreira política partidária, ao assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores de Parintins, como suplente do vereador Acioly Teixeira (1956-1959).⁵ Sua inserção se encontra pioneira, aparentemente anterior a primeira inserção identificada por Daswanny Araújo dos Reis em sua dissertação de mestrado intitulada “Por um novo cenário: a mulher na política partidária” (2001), trabalho que busca ver as mulheres nos interiores dos partidos e os mecanismos criados para sua inserção no mundo da política institucional, assim como analisa os entraves que reforçam a baixa representatividade das mulheres nas casas legislativas e reflete a respeito das mudanças eleitorais realizadas nas últimas décadas, como a adoção da Lei de Cotas. Para ela,

A história da participação parlamentar das mulheres no Amazonas mostra que o espaço da Câmara Municipal foi o primeiro a ser ocupado por uma mulher. Porém, somente em 1965, desde que foi fundada em 1833, uma representante feminina conseguiu chegar à Câmara. Foi Léa Alencar Antony (PSD), a primeira vereadora do município de Manaus, chegando ao parlamento pelos trabalhos voltados à educação (Reis, 2011, p. 72).

Fica evidente que a autora, ao falar da inserção feminina na política no Amazonas, analisa somente a Câmara Municipal de Manaus – capital do estado – a qual não corresponde ou responde à exata inserção das mulheres na política partidária do estado. A autora faz uma análise sobre a inserção das mulheres na política do Amazonas que se mostra pertinente para entendermos Dona Gemica na arena pública e política de Parintins. Para a autora:

A integração das mulheres na política amazonense durante um longo tempo esteve

1 Dados encontrados nos documentos pessoais de Geminiana Bringel cedidos por familiares, documentos digitalizados e depositados em acervo do pesquisador e Grupo de Estudos de História do Amazonas (GEHA).

2 *Curriculum vitae* de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Nesse documento encontra-se a carreira profissional da professora e sua atuação no magistério. Documento digitalizado e depositado no acervo do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (GEHA/NEAB) no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA).

3 Livro de Atas 1960-1962, p. 79, frente e verso (Butel *et al.*, 2011).

4 Livro de Atas 1962-1964, p. 65, verso, e p. 66, frente (Butel *et al.*, 2011).

5 Livro de Atas 1956-1958, p. 7, verso (Butel *et al.*, 2011).

associada a uma dependência das forças políticas conservadoras, dos laços de parentesco e das elites privilegiadas em nosso estado. Poucos são os exemplos de mulheres que ascenderam à vida política pela via dos movimentos sociais ou pela luta nos partidos (Reis, 2011, p. 74).

Essa discussão nos faz pensar como se deram as relações políticas, sociais e econômicas de Dona Gemica Bringel no espaço político de poder. Uma vez que para se exercer tal função é preciso ter articulações para se inserir e se manter no poder. Na legislatura de 1960 a 1963, foi eleita para o segundo mandato de vereadora. No terceiro mandato, entre 1964 e 1968, foi eleita entre os seus pares para presidenta da Câmara Municipal (Butel *et al.*, 2011, p. 26). Esse cargo lhe permitiu assumir a Prefeitura de Parintins quando nas ausências do Prefeito e do Vice-Prefeito (Butel; Butel; Cursino, 2012). Segundo o relato de Dona Raimunda Ribeiro da Silva, os dois ocupantes dos assentos no poder executivo municipal teriam viajado na mesma data, deixando vaga a cadeira de Prefeito de Parintins: “viajaram os dois, prefeito e vice-prefeito, aí ela ficou, como os dois prefeitos se ausentaram, ficou [prefeita] interina” (Raimunda Ribeiro da Silva, 2016).

A vereadora esteve atuante como líder do partido MDB durante toda a ditadura civil-militar do Brasil (Butel; Butel; Cursino, 2012). Em 1964, iniciou seu terceiro mandato, ano do golpe militar sobre a democracia brasileira, e na quarta legislatura, de 1978 a 1982, foram os anos em que se deu o desfecho oficial da ditadura (Butel; Butel; Cursino, 2012).

O surgimento do MDB no período de ditadura no Brasil se dá após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu todos os partidos políticos em 1965. Ele foi fruto de projeto dos formuladores políticos da ditadura, que inseriram uma reforma partidária visando criar um forte partido que sustentaria o governo e um partido mais frágil e dócil que abrigaria os descontentes e opositores do regime (Corrêa, 2011).

Em paralelo à sua atuação política, Dona Gemica Bringel teve uma carreira profissional como professora, o início de sua carreira no magistério se deu muito cedo, lhe permitindo o acesso ao espaço público de poder no município de Parintins. Iniciou o primário com sete anos, em 1930, no Grupo Escolar Araújo Filho, concluindo o curso em 1935.⁶

Em 1936, um ano após concluir seus estudos iniciais no Araújo Filho, aos 13 anos, começou a trabalhar como supervisora escolar.⁷ Em 1959, assume como professora distrital na Escola do Sindicato.⁸ Em 1973, conclui o Curso de Professora Normalista

6 *Curriculum vitae* de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Documento digitalizado e depositado no acervo do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (GEHA/NEAB) no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA).

7 Pedido de pagamento do tempo de serviço prestado. Acervo pessoal de Geminiana Bulcão Bringel cedido pelos familiares.

8 Gabinete do Secretário da Educação e Cultura em Manaus, 2 de setembro de 1959.

pelo Colégio Batista de Parintins. Foi convocada a exercer o cargo de professora do ensino de 1º Grau, Classe, I, parte permanente do Quadro do Magistério Estadual.⁹ Em julho de 1979, concluiu o curso de Licenciatura em Pedagogia.¹⁰ Em 1983, por meio da Portaria GS nº 0271/83, exerce o cargo de Diretora da unidade educacional.¹¹ Em seu *Curriculum vitae*, no item vida escolar e subitem cursos de formação, consta que realizou cinco cursos de formação: primário de 1930 a 1937, exame de admissão no ano 1967, curso ginásial no Ginásio Batista de Parintins, curso de Pedagogia e curso de Licenciatura curta de 1976 a 1978.¹² Em outros cursos constam dezessete, de 1968 a 1975.

A inserção de Geminiana Bringel nos espaços públicos por meio da educação se deu graças à sua classe social. Pois a professora e vereadora era uma mulher com grande poder aquisitivo no município de Parintins.¹³ Sua família era considerada de grande valor tradicional no município (*Estranha política...*, 1977). Tinha acesso à formação profissional em um lugar que poucas pessoas a tinham, até mesmo homens, que na sociedade patriarcal sempre tiveram maior facilidade de ocupar espaços de poder, essa característica muitas das vezes a deixou à frente de outras figuras políticas locais. Em parte, devemos entender o porquê dessa grande busca por profissionalização. Pois como supõem Miguel e Queiroz em “Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil” (2006), ao buscarmos entender os dados analisados sobre a representatividade das mulheres na política brasileira e sua baixa representatividade em algumas regiões: “Ao contrário do que seria razoável prever, no Brasil, nas disputas pelas Prefeituras e Câmaras de Vereadores, as mulheres têm maiores chances de sucesso nas regiões menos desenvolvidas” (Miguel; Queiroz, 2006, p. 370). Uma das hipóteses para isso é a que podemos ligar à vereadora Geminiana Bringel:

As mulheres, assim como integrantes de outros grupos subalternos, quando entram na disputa por posições de poder e prestígio, se veem constringidas a compensar o preconceito negativo que sofrem apresentando uma qualificação superior. A hiperqualificação feminina – mulheres com nível médio de escolaridade superior ao dos homens em posição similar – é detectada em diferentes espaços sociais, entre eles a política (Miguel; Queiros, 2006, p. 371).

Tal hipótese trazida pelos autores pode nos ajudar a entender seu acesso à política,

9 Diário oficial, 24/0774 - 2ª edição. Acervo pessoal de Geminiana Bulcão Bringel cedido pelos familiares.

10 Diploma de conclusão do curso de Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

11 Portaria 3, nº 1121/83, de 23 de julho de 1983.

12 *Curriculum vitae* de Geminiana Campos Bulcão Bringel. Documento digitalizado e depositado no acervo do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (GEHA/NEAB) no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP-UEA).

13 Informações presentes nos relatos orais como de José Maria Pinheiro (2017) e de Ângela Rodrigues (2017).

sua atuação longa nesse espaço e sua constante profissionalização no decorrer da vida. A trajetória de Geminiana Bringel pode estabelecer conexões entre a sua carreira e as mudanças sociais. O ofício de Geminiana como educadora parece indicar uma alternativa ou caminho propício de acesso para um lugar de poder por meio de estratégias no espaço público. Sua atuação marcou a memória dos municípios de Parintins, tanto os de oposição quanto os da situação.

Feminismo, gênero e violência política de gênero

A história das mulheres por muito tempo foi silenciada, não enxergada por muito tempo dentro de um fazer historiográfico positivista. Esses resquícios de uma história tradicional, factual e positivista visava apenas os grandes políticos e grandes acontecimentos, dando voz apenas aos governantes, em geral, homens, colocando as mulheres num papel de invisibilidade. Essa “história positivista, a partir de fins do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público” (Soihet, 1997, p. 400). Em tal perspectiva, “privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem” (Soihet, 1997, p. 400).

O local atribuído às mulheres nessa historiografia reflete as desigualdades existentes na sociedade patriarcal, onde “o público identifica-se com vida política, [...] em oposição à vida privada, que consistia naquela que desenrolada na cena do lar, por pessoas que não participavam da polis, como o escravo e as mulheres [...]” (Passos, 2001, p. 24). Tais indicativos remetem para os possíveis lugares desejados para as mulheres. “Encontradas ‘nas margens’ da sociedade junto com outros grupos como os escravos, os índios, os judeus e cristãos-novos, e os homossexuais” (Priore, 1998, p. 227). Isto fez com que seus protagonismos passassem despercebidos. Implicando desafios, por exemplo, “colocam-se, com isso, os limites e as possibilidades dos indivíduos, a partir de seu sexo” (Passos, 2001, p. 24-25). Em outras palavras, “para os homens, pertencentes ao mundo da polis, do público, o limite e a liberdade; as mulheres, ao contrário, vivem na luta contínua para ultrapassar a limitação que as necessidades impõem” (Passos, 2001, p. 24-25).

A ampliação e consolidação dos movimentos feministas na luta pela ampliação de direitos e cidadania das mulheres é uma das marcas do século XX. As batalhas travadas nas ruas e no âmbito da sociedade civil refletiram-se nos trabalhos acadêmicos sobre o protagonismo das mulheres. “Depois de um primeiro impulso dado a questão, as universidades abriram suas portas aos grupos de pesquisa” (Priore, 1998, p. 220), implicando no aumento considerável de pesquisas realizadas por mulheres.

Na década de 1970, ocorreu “a explosão do feminismo, articulada ao

florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como as novas aquisições da história social, e às pesquisas, até então inéditas sobre memória popular. Este período fundamental, no qual as feministas fizeram história da mulher, antes mesmo dos historiadores” (Priore, 1998, p. 220). Os avanços do campo da ciência permitiram maior espaço aos estudos sobre os papéis sexuais e um novo perfil na historiografia, interessar-se e descrever os papéis femininos: “[...] chegou-se a decifrar um certo número de práticas específicas que por meio de um jogo de compensações, de interferências simbólicas terminaram por esboçar os traços de uma cultura feminina sem a qual o sentido social não existira (Priore, 1998, p. 221).

O estudo sobre a história das mulheres não promoveu rupturas no campo, pois não proporcionou modificações na história tradicional ou até mesmo renovação nos seus métodos: “Não se conseguira revolucionar a ciência histórica de dentro para fora, inscrevendo uma diferença sexual que fosse além das funções e papéis codificados pelas sociedades masculinas” (Priore, 1998, p. 223). Tal defasagem levou os historiadores a buscarem novas formas de análises. Isso ocorreu por pelo menos duas razões, a saber: “a proliferação de estudos de caso na história das mulheres” e “Os limites das abordagens descritivas” (Scott, 1989, p. 5). A primeira, “parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes”. Em relação à segunda, os referidos limites “não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam para abalar o seu poder e talvez transformá-los” (Scott, 1989, p. 5). As perspectivas que enfrentaram essas questões levaram a um maior reconhecimento dos protagonismos de mulheres.

Houve a necessidade de um estudo que trouxesse essas contribuições não elucidadas pela história das mulheres. O uso da categoria “gênero” trouxe consigo uma contribuição teórica muito significativa ao considerar as desigualdades presentes na relação entre homem e mulher. Por meio dela, “foi possível trabalhar diversas inter-relações entre homens e mulheres, mostrando o poder não só que se realizava na dominação de homens sobre mulheres, mas também de mulheres sobre homens e homens sobre homens” (Campos, 2008, p. 64). A mesma afasta-se da política do feminismo, e o seu uso

[...] não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo ‘história das mulheres’ revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica (Scott, 1989, p. 6).

Ao pensarmos em tal categoria e olharmos para América Latina, observando a problemática da diversidade cultural e linguística, é essencial para dar o primeiro

passo para uma crítica à construção de estereótipos. As últimas contribuições avançam nas questões como o estudo da mulher e da família, na discussão do feminismo, das relações de gênero e na construção de identidade como mulher (Samara, 1997).

A exemplo dessa crítica, Connell (2016) propõe uma nova abordagem para o conceito de gênero, um pensamento decolonial em relação aos usos e formulações não aplicáveis à nossa realidade sul-americana, países tradicionalmente não centrais nem referências nas economias globais. Para ela, apresenta-se a necessidade de repensar as maneiras de olhar as fontes e as formas das análises de gênero. Pois, como ela defende:

[...] o mundo colonizado forneceu matéria-prima para debates feministas na metrópole sobre a origem da família, patriarcado, a divisão do trabalho segundo o gênero, o complexo de Édipo, os tipos de gênero, a violência masculina [*male*] e a guerra, o casamento, e o parentesco o simbolismo de gênero – e agora, claro, a globalização (Connell, 2016, p. 27).

Segundo a autora, ainda durante a segunda metade do século XX, o capitalismo se estabelece com a soberania norte-americana. Podemos observar que as mudanças e debates sobre o gênero partem de uma preocupação em tentar entender as relações entre os sujeitos para entender as relações de poder entre os sujeitos na sociedade.

Vale ressaltar o movimento e as ideias feministas que possibilitaram o debate sobre a história das mulheres nas universidades e posteriormente sobre os estudos de gênero. Pois como argumenta Lourdes Bandeira:

A crítica feminista evidenciou uma nova dialética ao desconstruir a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos afirmando que o gênero resulta das construções sociais e culturais. Ao possibilitar essa nova dialética dos costumes sociais, novos comportamentos, linguagens e olhares, traz como consequência mudanças relativas à condição da existência de homens e de mulheres e entre eles, reciprocamente (Bandeira, 2008, p. 220).

Nesse sentido “por meio da compreensão do gênero enquanto constructo foi possível identificar como a distinção entre o masculino e o feminino esteve diretamente relacionada à imposição de um lugar de subordinação às mulheres” (Biroli, 2014, p. 3). Outra contribuição da crítica feminista é justamente as discussões realizadas para se pensar a condição da mulher nos espaços públicos e privados. Ao falar sobre o discurso feminista e sua crítica, a autora afirma que uma característica que identifica o pensamento feminista é a crítica sobre a esfera pública e a privada (Biroli, 2014). Pois as imposições dos sujeitos tanto ao público quanto ao privado fazem desenvolver habilidades diferentes de acordo com suas práticas exercidas nesses lugares, assim como as formas de violências. Como Pinho observa:

[...] tal caracterização hierárquica que confere ao homem a posição de mando e à mulher a de submissão, estabelece também formas de violência específicas contra as mulheres, cujo diferencial reside na impossibilidade de compreensão deste fenômeno sem que se leve em consideração a relação entre a sua motivação e o gênero da vítima (Pinho, 2020, p. 3).

No Brasil, um exemplo de combate à violência contra a mulher é a Lei Maria da Penha. Para Pinho (2020), a violência doméstica se encontra entre as muitas violências sofridas pelas mulheres e a Lei Maria da Penha vem evidenciando desde sua criação outras violências, para além da violência doméstica a qual as mulheres são expostas, e que comprometem sua participação de maneira igualitária na sociedade. Na política brasileira, a violência é naturalizada assim como se tem com a violência doméstica (Pinho, 2020). Como a autora afirma, em um pioneirismo, a Bolívia, em 2012, tipificou a violência política de gênero como crime.

Tássia Rabelo de Pinho busca a definição de violência política de gênero em um trabalho que “faz um apanhando do debate na literatura e nas legislações nacionais referentes à violência política de gênero” (Pinho, 2020, p. 4). O referido trabalho é das pesquisadoras Krook e Sanín, publicado em 2016, no qual “apontam que grande parte dos estudos sobre a temática tem se aproximado da definição presente na legislação boliviana que prevê três tipos de manifestações de violência política de gênero: física, sexual e psicológica” (Pinho, 2020, p. 4).

Segundo as autoras [Krook e Sanín], esta interpretação tem levado a categoria de violência psicológica a abarcar um sem número de comportamentos que, para elas, poderiam ser reconhecidos enquanto formas distintas de violência. Desta maneira, sugerem a inclusão das categorias de violência simbólica e econômica, sem excluir a possibilidade de interseção entre essas diversas formas.

Precisamente, propõem uma definição estendida de violência política de gênero que integre violências sexuais à categoria de violência física, e separe a categoria violência psicológica em econômica, simbólica e psicológica. Apontam que estas diversas formas de violência política de gênero se distinguem de outros atos de violência, inclusive no âmbito da política, por ter como objetivo impedir a participação de uma mulher como mulher, não como indivíduo, membro do partido ou defensora de determinada posição ideológica (Pinho, 2020, p. 4).

Dentre as tipologias de violência política de gênero, a que ocorreu com a vereadora Geminiana Bringel, que podemos analisar em nossas fontes orais é a violência simbólica. Mesmo que não seja nosso objetivo neste artigo, analisar as memórias e os conflitos que o ato de lembrar ou esquecer possui influências políticas dos sujeitos, cabe aqui entendermos o que é a violência política de gênero simbólica. Segundo Pinho

“a violência simbólica contra as mulheres na política procuraria deslegitimá-las por meio de estereótipos de gênero que lhes negam competência na esfera política” (Pinho, 2020, p. 4). E continua, fazendo nova referência a Krook e Sanín: “Para estas autoras, o tratamento negativo se converte em violência quando implica desrespeito fundamental à dignidade humana, como produzir e distribuir imagens altamente sexualizadas e pejorativas” (Pinho, 2020, p. 4). Ataques nesse sentido direcionados a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel estão presentes nas falas de nossos entrevistados.

Como podemos ver, os avanços nas discussões da academia tiveram influência direta das ideias e do movimento feminista que se apresentam importantes para as mudanças de conceitos que por muito tempo foram hegemônicos. Além do mais, o feminismo e sua crítica aos modos que continuam hierarquizando e oprimindo as mulheres segue trazendo novas abordagens e questionamentos para pensarmos sobre as relações de violência e desigualdades na sociedade.

Mulheres, Amazônia e Amazonas

Muitas mudanças ocorridas no decorrer do tempo no contexto macro/nacional podem influenciar e interferir no contexto regional, por mais que muitas delas não reflitam diretamente, é observável que as reivindicações, no referente estudo, por exemplo, das mulheres na conjuntura amazônica, são, em alguma medida, reflexos dessas mudanças, consequência de projetos em contextos maiores com as peculiaridades do regional.

Vanessa Antunes (2014), em seu trabalho intitulado “Mulheres do novo século: a condição feminina no Amazonas, 1900-1910: um olhar a partir das representações da imprensa amazonense” acompanhou as alterações ocorridas na virada do século XIX para o século XX, decorrentes das modificações do capital na região amazônica e as que se deram devido aos grandes projetos desenvolvidos para a região.

A autora observou, por meio de periódicos da época, que não só ocorreram as transformações econômicas como também uma nova ideia de ser mulher que a modernidade imprimia nas mulheres amazonenses. Antunes (2014) aborda ainda a inserção ao trabalho através da docência, além de discutir a visibilidade que o trabalho feminino, assim como sua saída para os espaços públicos, causou na sociedade naquele período.

Um dos apontamentos da autora está relacionado à economia e à educação, tratando-as como fatores contribuidores à alteração do comportamento feminino, como a relação na esfera pública das mulheres amazonenses. Para ela, tanto as mudanças econômicas na virada do século XIX como a maior distribuição de vagas para educação aparecem como um fenômeno que auxiliou as mulheres a participarem das mudanças

sociais mais amplas, criando uma relação entre a educação formal e a emancipação feminina.

A historiografia registra com clareza um aumento considerável na área educacional ao longo do século XIX. O ensino formal se expande com a contínua abertura de escolas. O processo é, de fato, universal e dele o Amazonas também participou. [...] No bojo dessa expansão, a presença feminina começou a se tornar mais visível na segunda metade do século XIX. Na virada para o século XX, um número considerável de mulheres já havia concluído a educação básica, em consequência muitas delas acabaram expandido suas atuações para o magistério (Antunes, 2014, p. 24-25).

Essas mudanças vão impactar diretamente a trajetória da professora e vereadora, pois no município de Parintins esse é o período em que o ensino feminino se inicia. Como aponta Bittencourt, o ensino feminino no município de Parintins foi criado “em 1857, pela lei n.º 75 de 14 de dezembro, tendo sido autor do projeto respectivo o deputado Padre Torquato” (Bittencourt, 2001, p. 37).

Para Antunes (2014), no Amazonas a educação chegou a todas as classes sociais, porém, teve classes em que esse advento chegou com mais força, o esforço das mulheres de outras classes teve que ser dobrado, ou em muitos casos não existiu o acesso. O que se observa é que havia uma mudança em processo, porém acompanhada de receios de como elas seriam dadas em relação à educação; o objetivo era não alterar o *status quo*, mas se entendia haver uma necessidade de se estabelecer a educação para as mulheres.

A autora argumenta que esse primeiro lugar na imprensa no qual as mulheres letradas se estabeleceram é o motivo pelo qual, no decorrer da segunda metade do século XIX, eram repletos de conteúdos destinados unicamente às mulheres, e tinham essencialmente ponderações e preocupações do espectro feminino na época. Para a autora:

Foram elas que tentaram, por meio da imprensa feminina, demonstrar o valor e a importância da mulher letrada no novo século que chegava. Com efeito, a educação feminina como suporte para a emancipação foi a primeira grande causa levantada pelo feminismo no Brasil, sendo até mesmo anterior ao movimento sufragista (Antunes, 2014, p. 27).

Lembrando que esse modelo educacional tem suas raízes europeias, é determinista, com base na ideia da ciência moderna que excluiu as mulheres do saber científico e da ação pública, partindo de uma lógica biológica que as inferiorizava em relação ao homem.

Na segunda metade do século XIX houve mudanças sociais significativas, que demandavam a ampliação do ensino, mas a Primeira Guerra Mundial foi decisiva também, pois muitas mulheres no exterior ocuparam os lugares deixados pelos

homens (Costa, 2005). Segundo a autora, essa notícia, ao chegar no Brasil, alimenta o movimento feminista, a favor da profissionalização das mulheres, dando uma expansão ao ensino para as mulheres tanto no Ensino Público quanto nos Colégios de Freiras das camadas mais favorecidas.

A entrada das mulheres no magistério, conforme Jane Soares de Almeida, demorou a se concretizar, praticamente ligada ao empobrecimento das camadas médias no início do século XX e à difusão de novos valores pelo feminismo e pela Guerra. Mas não foi fácil às mulheres. Tiveram que se impor pela competência. No ensino, por exemplo, a criação de cargos, nomeações, eram definidas e decididas pelos homens. As mulheres aproveitaram as brechas no sistema para se insurgirem e penetrarem. Sem dúvida, um processo lento, que envolveu estratégias de cooptação e conciliação (Costa, 2005, p. 219).

As mulheres no meio público se encontravam no lugar onde a educação as conseguiu levar, porém, isso não quer dizer que elas não faziam parte de lugares como a política, já que também se encontravam nesse meio.

Costa (2005), ao falar da inserção das mulheres nos espaços de poder e mais especificamente na política, diz que as mulheres que entram na política o fazem mediante um espaço muito limitado. Na Amazônia do século XIX, os diários datados desse período mostram que as mulheres davam apoio aos candidatos a cargos políticos dos familiares homens, ficando encarregadas de preparar grandes almoços aos políticos que vinham de fora, davam apoio logístico; em troca, às vezes, eram nomeadas pelos respectivos maridos a um cargo importante, ou garantiam a manutenção de seu cargo, ou era dado um emprego para algum parente (Costa, 2005). Em espaços limitados, como a autora trouxe, que a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel se insere, primeiro por meio de sua atuação como professora e depois como vereadora suplente, com 33 anos de idade.

Esse fato revela a desvalorização institucional das mulheres, ao serem afastadas do meio político formal, levadas a exercer um trabalho no campo comunitário e doméstico na informalidade (Costa, 2005). Segundo Costa, as ações realizadas pelas mulheres no campo da informalidade podem acarretar resultados tão satisfatórios quanto no meio da política formal, mas para sua importância e impacto não é dado o mesmo valor ou crédito, da mesma forma que o Estado não valoriza a sua luta.

O segundo ponto discutido por Costa, ao falar do impacto que a política tem sobre as mulheres, é o seguinte:

A política não exerce o mesmo impacto, nem a mesma reação sobre as mulheres e homens. Elas vivem diuturnamente os problemas domésticos e para eles estão voltadas quando pensam em política. As mulheres pobres limitam-se a votar, quando o fazem, com o patrão ou a patroa (Costa, 2005, p. 76).

Explicita que o voto no Império era elitista e censitário e, mesmo com a República, ele continua excludente devido a alta taxa de analfabetismo e a falta de cultura política, estimada em 90% ou mais, segundo a autora: “na Amazônia devido às condições de isolamento extremo em que viviam as populações do interior, respondiam pela falta de cultura política e dependência à voz do patrão” (Costa, 2005 p. 76).

Para a autora, as estratégias e a luta política das mulheres refletem seus problemas de causa mais imediata, por isso não podem ser “ingênuas ou conservadoras”. A autora nos mostra também que muitos conceitos da ciência política não diferem do de gênero; explicita dando como exemplo a relação entre nacionalismo e sexualidade, onde aquele “no período da Segunda Guerra Mundial, tinha como bandeira de luta o incremento populacional” (Costa, 2005, p. 77). O capitalismo, apesar de sua exploração sobre a mulher, proporcionou um ataque ao patriarcado, dando oportunidade a políticas públicas para as mulheres e “oportunidades de organização mais efetiva que nas formas anteriores à de organização de trabalho” (Costa, 2005, p. 79-78). Matos e Cortês (2010) afirmam que

[...] numa comparação com os homens, os padrões de socialização de homens e de mulheres serem diferentes, assim como são igualmente diferenciadas as suas experiências de vida. As mulheres tendem a trazer de modo significativo as suas experiências e conhecimentos para apoiar suas decisões políticas, elas trazem aquilo que a literatura cunhou como uma ‘perspectiva’ diferenciada. Embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo das últimas décadas, na maioria dos países, as mulheres ainda arcam com as principais responsabilidades em relação aos cuidados com a família e do domicílio, incluindo marido, crianças e idosos. Isto marca, portanto, a construção de muitas trajetórias de mulheres na política (Matos; Cortês, 2010, p. 44).

Vanessa Antunes (2014) aponta que a educação escolar foi para as mulheres um meio para começarem suas primeiras formas de liberdade, como mulher letrada, rompendo o que lhe privava do saber, mas essas mulheres não podiam trabalhar fora de casa, como as mulheres de camadas sociais desfavorecidas. Por isso, há uma importância das mulheres letradas se atreverem a penetrar no espaço da escrita pública. Segundo a autora, ao canalizarem angústias e anseios diários de suas vivências, chegaram até mesmo a assinar folhetins nos jornais da primeira metade do século XX. Costa (2005) afirma que só no século XX as mulheres iram de fato se estabelecer na Amazônia nos lugares públicos.

O que podemos ver, até aqui, é que muitas mudanças econômicas e fatores sociais contribuíram para a saída das mulheres para os espaços públicos. Além disso, a tomada de consciência sobre a opressão sofrida também foi mais forte, ao menos mais aparente, com o seu maior acesso a lugares, que até então não eram oferecidos ou permitidos. O Amazonas não se mostra diferente dessas influências macro, como no caso da Zona

Franca de Manaus.

As mulheres na ditadura civil militar em Parintins

Durante o período da ditadura civil militar no Brasil, as restrições e medos em relação a ser oposição ao regime de exceção eram uma constante. Muitos setores políticos ligados a agremiações partidárias de esquerda encontram abrigo no interior do partido MDB, legal e explicitamente contrário ao partido Arena. Convém registrar serem os dois partidos criados após a publicação do Ato Institucional nº 2, instituidor do bipartidarismo, visando camuflar o regime ditatorial e deixá-la com aspecto de democracia.

As atrocidades foram revisitadas conforme a ditadura dava sinais de abertura. No governo do General Geisel, os crimes cometidos pelos militares foram sendo expostos, como revela a obra de Corrêa (2011, p. 58): “Relativamente livre, posteriormente livre, a imprensa foi instrumento fundamental na ampliação e vitalização da abertura política.” Segundo a autora, a imprensa foi progressivamente “se libertando da cultura do medo e do silêncio impostos pela força [...]. Os principais jornais passaram a avaliar e discutir a política econômica do governo, denunciar casos de corrupção, tortura, mortes, exigindo explicações (Corrêa, 2011, p. 58-59) ”.

No município de Parintins não foi diferente, a oposição era composta somente pelos vereadores do MDB e a situação pelos do partido Arena. E também havia medo entre os correligionários do MDB, partido do qual Gemica Bringel era líder da bancada. Segundo seu colega de partido e amigo, o ex-vereador e professor aposentado José Maria, ela assumia publicamente suas posições como política e líder de bancada, apesar do contexto ditatorial no qual atuava.

Ela sempre era contra. Ela condenava abertamente, ela não se escondia, não, ela nunca se escondeu, apesar de ela comandar o partido, mas ela atuava abertamente mesmo. Sabia o que estava fazendo. O marido dela apoiava muito ela, ressentido, ela atuava de uma maneira, assim, que não tinha esse negócio de estar escondido, apesar de estar na ditadura fechada, ela não fazia mais porque tinha esse medo de ser agarrada mesmo (José Maria Pinheiro, 2017).

O relato de José Maria nos sugere ter a Dona Geminiana Bringel, e possivelmente seus correligionários, atuado e se posicionado abertamente no campo da oposição ao regime militar. Contudo, a narrativa parece indicar ter aqueles atores sociais plena consciência dos limites impostos pelo regime ditatorial. O relato não deixa claro qual seria o significado do apoio de Dona Gemica aos seus posicionamentos políticos em contexto de regime de exceção, contudo parece estar sua atuação limitada por “esse

medo de ser agarrada mesmo”.

Além disso, temos que refletir que essa memória também do ex-vereador e professor é a imagem que ele (ou grupo) quer repassar do partido MDB, pós-ditadura civil militar, problematizar sua memória é entender que em se tratando do ato de lembrar “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Pollak, 1989, p. 11).

Gemica, como liderança da oposição e do partido do MDB, coordenava as movimentações opositoras. Ela é lembrada na memória de nossos entrevistados como uma mulher educadora e sábia, que ensinava e orientava. Com um processo de formação educacional constante durante toda sua vida, criou uma imagem sobre si e é esta imagem revelada nos relatos orais dos seus contemporâneos, como no caso a seguir:

Gemica não apenas se articulava como orientava sua bancada “instruía dava orientações, a gente perguntava dela quem tinha humildade de perguntar dela” (José Maria Pinheiro, 2017). O relato parece indicar uma divisão entre os correligionários do MDB: de um lado, aqueles que recorriam às orientações da professora e vereadora, e de outro, aqueles que optavam por agir sem a consultar: “tinha uns que mesmo não sabendo nada não são humildes, né? Quem tinha humildade de perguntar dela, ela ia pá pá pá prontamente e orientava” (José Maria Pinheiro, 2017).

Seu José Maria Pinheiro detalha a atuação de Gemica:

Sempre foi oposição, sempre ela foi muito criticada, porque ela era, ela era mulher, ainda uma das primeiras mulheres exercer um mandato, né? E a gente já tinha um número de eleitores, dois ou três a mais, né? E era que comandava, e a gente começou a pegar o discurso dela e começamos a apertar o cerco em cima do prefeito, sabe? Aí os caras se achavam enrascado começavam a apelar e apelavam pra ignorância porque ela era mulher e tal, tal... discriminação (José Maria Pinheiro, 2017).

O vereador em seu relato ressalta três pontos, a saber: primeiro, no processo de construção de memória de José Maria há o destaque para o fato de serem as críticas direcionadas à vereadora Geminiana Bringel por ela ser mulher; o segundo ponto é o destaque a seu papel na condução política na câmara, o que parece indicar o exercício da liderança de Gemica na construção de argumentos, discursos e estratégias políticas no decorrer dos embates travados no interior da casa legislativa; e o terceiro ponto parece dizer respeito a pressão sofrida pela vereadora por parte de seus colegas que não souberam lidar com as suas movimentações políticas. O trecho do depoimento que diz “os caras se achavam enrascado começavam a apelar e apelavam pra ignorância por que ela era mulher e tal, tal... discriminação” nos remete à seguinte questão: as referidas reações tidas por essa oposição podem ser entendidas ou tipificáveis, assim como entendemos hoje em dia, como violência política de gênero?

Os estigmas caem sobre as mulheres nos espaços públicos, pois estes não foram criados historicamente para elas. No decorrer da história, a política, o espaço público, o

lugar onde as pessoas se eternizam foram dados para os homens, que assim os criaram, mesmo que as mulheres tenham parte importante desse espaço.

Passos, ao falar sobre o espaço público e político, afirma que “Na Grécia Antiga, o público identificava-se coma a vida política, vivida por pessoas com poder de argumentação e de decisão, oposição à vida privada, consistia naquela desenrolada na cena do lar, por pessoas que não participavam da polis, como escravos e as mulheres” (Passos, 2001, p. 24).

Essas ideias parecem estar presentes atualmente, ao refletirem, ao que tudo indica, na representatividade feminina na política partidária do Brasil, que aparenta ser marcada por fortes restrições, reflexo do nosso sistema patriarcal e das desigualdades de gênero. Uma das maiores evidências é o fruto das pressões dos movimentos feministas na legislação que ordena o regime de eleição partidária no país. A Lei nº 9.504/97 (Brasil, 1997) estabelece as normas para eleição e prevê, no artigo 10, parágrafo 3, que os partidos e/ou coligações preencham, na oferta de candidaturas para eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% de representantes de cada sexo.

Após 18 anos da Lei, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reforça a observância da legislação supracitada através da Resolução nº 23.455/2015 (Brasil, 2015). Os dois dispositivos demonstram o reflexo das dificuldades para garantir a representatividade das mulheres na política, que mesmo após 11 anos da Resolução do TSE ainda lutam para estar presentes no século XXI.

A invisibilidade ou até mesmo a não presença das mulheres nesses espaços gentrificados como a política perpetua sujeitos e identidades, como se fosse um lugar feito para os homens. A vereadora Geminiana, ao se colocar como liderança na cena política local, fica sujeita às repressões típicas dos espaços públicos não criados pelas mulheres. Tais repressões nas disputas políticas, quando se trata das mulheres, não visam apenas o sujeito político, mas o gênero.

Memória em disputa: o esquecimento e o lembrar de desigualdades de gênero

Devido à sua extensa atuação política e profissional como educadora, Dona Gemica Bringel está na memória de muitas pessoas. Assim, nos permite, por meio da história oral, uma abordagem de uma versão que não se encontra presente em registros oficiais, como as atas da câmara municipal de Parintins, as quais possibilitam observarmos a atuação de dona Geminiana Campos Bulcão Bringel na câmara municipal.

A história oral como metodologia possibilita desde seu surgimento a escuta sensível de depoimentos ainda não ouvidos, possibilitando versões de acontecimentos ainda não reveladas. Possivelmente ainda há muitos pontos de vistas sobre determinados

acontecimentos não abordados ou revelados devido à complexidade das entrevistas e sua utilização, assim como o modo de fazer. Para Verena Alberti, a história oral é uma “metodologia de pesquisa e constituição de fonte para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador de fitas” (Alberti, 2011, p. 155). Sua metodologia “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (Alberti, 2011, p. 155). Devemos ter em mente que por meio da metodologia construímos dialogicamente a fonte nos procedimentos éticos, visando estabelecer uma escuta atenciosa do relato de memória dos sujeitos, pensando nas perspectivas que os projetos de pesquisa buscam elucidar.

Dessa forma “o uso sistemático do testemunho oral possibilita à História oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros loucos (Ferreira, 2012, p. 169). Por ser um método de pesquisa que registra o testemunho, a experiência, a história oral se aplica à chamada história do tempo presente, registrando eventos ocorridos no pós-Segunda Guerra Mundial. Por meio das entrevistas, temos acesso às memórias dos sujeitos sobre determinados eventos, versões não ouvidas desses sujeitos.

Antes de tudo, temos que ter em mente a crítica sobre a fonte que todo historiador precisa ter. Na metodologia, ao analisarmos as memórias, temos que ter em mente que o sujeito possui uma imagem a mostrar e que a memória seleciona o que vai lembrar e o que vai ser esquecido, e tanto o ato de lembrar como o ato de esquecer é uma imagem criada do sujeito que rememora e seleciona os lugares, atos, experiências que devem ser lembrados (Pollak, 1992). Essas especificidades encontradas na história oral são o que a torna rica em problematizações e cheia de camadas de interpretações sobre o sujeito dentro de ocorridos e posicionamentos.

O historiador deve ter em mente que a memória vive em total função do presente, e que alguns grupos fazem o uso da memória para legitimar alguma característica que se quer perpetuar. Como afirma Motta (2012), a memória se esclarece pelo presente, presente este que incentiva a memória a partir de um determinado grupo. Explicando, assim, que o presente influencia a memória ao retirar de seu passado apenas alguns elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente.

Esse entendimento serve como ferramenta para exercer o papel crítico sobre a fonte, para fazer uma análise conjuntural da mesma, para identificar o que determinada memória pode trazer consigo, ou o que ela tenta esconder, e achar os porquês. A memória não quer dizer apenas o que indivíduo quer representar, mas também uma representação de como ele quer ser visto, e como ele quer que as outras pessoas o vejam, vendo a si própria (Pollak, 1992). Ainda, segundo o autor:

A imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a

imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser recebida da maneira como quer ser recebida pelos outros (Pollak, 1992, p. 5).

Essa memória, quando trazida por determinado grupo, tem o intuito de validar um posicionamento para o grupo, essa validação traz para si um pertencimento ao grupo, essas memórias estabelecem lutas que são caras ao grupo, possuem valor que proporciona unidade ao grupo e mostram como ele quer ser lembrado por meio dessas memórias. Como afirma Pollak, “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (Pollak, 1989, p. 10). Além disso, trabalha no sentido de “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis ambas as funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência (Pollak, 1989, p.10).

A memória se faz de um elemento crucial para legitimar uma coesão na história contada de um grupo, trazendo unidade dos sujeitos que compartilham as mesmas memórias. Ela estabelece sujeitos dentro de suas fronteiras, dando ordenamento, os sujeitos pertencentes a esses grupos buscam uma lógica na memória para fazerem parte e se apartarem de outros grupos.

Com essa reflexão em mente, como se colocam as memórias de um grupo que em um determinado momento se encontrou em um lugar de oposição em relação a uma figura pública? E que memórias esses sujeitos trazem em seus relatos, partindo do ponto de vista desse grupo de oposição? E como essas questões se relacionam com o caso de Dona Geminiana Bringel? Uma mulher com experiência e conhecimento que teve, até certa medida, o acesso à educação que poucas pessoas tinham no século XX. Nascida em uma família tradicional, que possuía bens no município, com alto poder econômico, com acesso aos espaços públicos e de poder que até mesmo muitos homens não tinham na época, o que podemos ver em alguns relatos que afirmam que ela entendia o contexto político da época.

Entre as pessoas entrevistadas, conseguimos identificar dois grupos políticos que possuem memórias distintas da atuação Dona Gemica Bringel na política do município. De um lado dois vereadores, um que até antes do final da década de 1970, com o fim do bipartidarismo, largou a Arena e foi para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se juntar ao partido em que Geminiana estava com políticos que integravam o MDB. Tais vereadores possuem memórias que entram em conflito com as memórias do ex-vereador do MDB e de outras pessoas que presenciaram a atuação de Geminiana Bringel.

Como no caso de Fátima Guedes, ativista feminista que comenta:

Olha, Dona Geminiana, na época ela fez a diferença, né? Porque ela fluiu em plena ditadura militar em Parintins, ela fluiu no finalzinho da ditadura, ela fluiu, e ela chega à vereadora de Parintins e chegou a ser candidata a prefeita ou a vice-prefeita não tenho nesse momento, eu não lembro direito, ela teve, foi bem votada, mas os estigmas que caíam sobre ela eram muito grandes, as gozações, os discursos dela eram distorcidos pelo enxovalhamento popular (Fátima Guedes, 2016).

O ex-vereador do partido MDB e professor aposentado José Maria Pinheiro, ao falar sobre um discurso pejorativo, disse: “O problema todo é que ela era mulher. A... porque ela é mulher, pau, pau, pau. E inventaram um discurso muito triste, que diziam assim, ela nunca disse isso, né?” (José Maria Pinheiro, 2017).

Dona Ângela Reis (2017) também relata um caso sobre a violência política de gênero sofrida pela vereadora na política. Ao ser perguntada como era vista essa mulher (Geminiana Bulcão Bringel) nesse espaço dominado por homens, que é a política na metade do século XX, diz: “assim, porque falavam dela, que ela era naquele tempo ‘machuda’. Porque, né? Tudo isso ela pegou, mas para ela aquilo era elogio, né?”

Esses relatos parecem vir, segundo as memórias analisadas, de opositores políticos da Geminiana Bulcão Bringel na cena política da época. Essas opressões partem da lógica do patriarcado em “o macho precisa ser frio, determinado, insensível, fechado, duro; enquanto a fêmea deve ser dócil, carinhosa, acomodada, sensível, dependente” (Passos, 2001, p. 22). O espaço político não se fez para as mulheres do mesmo jeito que se fez para os homens, pois para as mulheres foi dado o papel de sempre estar em segundo plano, de ser apoio, nunca de uma atuação vivida de fato.

Nesse sentido, qualquer sujeito que destoe dos papéis de gênero estabelecidos pela sociedade patriarcal e que fuja do comportamento demandado para esse sujeito, nascido para exercer uma função de opressor ou de oprimido, passa por situações de violências. Como a vereadora e professora, sobre quem amigos próximos e colegas rememoram essas desigualdades e a luta constante no cenário político.

Esse grupo, identificado por nós, permite-nos refletir a força que a memória exerce. Como destaca Motta, ao falar sobre a memória:

A memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular (Motta, 2012, p. 25).

Esse grupo, ao lembrar do espaço político em que Dona Geminiana estava inserida, como única mulher, e ainda com uma característica combativa e de oposição,

que possuía muitas atribuições que lhe colocavam em um lugar de destaque em relação a outros políticos, financeiramente e intelectualmente, ressalta que ela estava em lugar em que não foi criado historicamente para as mulheres.

Apesar das análises das fontes e da literatura que nos permitem observar as desigualdades de gênero das mulheres no espaço político, e no caso da vereadora, em específico, a violência política de gênero, outros relatos de nossos entrevistados entram em conflito com as memórias já discutidas. Ao ser perguntado sobre como era o clima político dessa época, em que Dona Gemica Bringel, a única mulher na política local, o ex-vereador Geraldo Medeiros, que na década de 1970 pertencia à Arena, a qual Gemica fazia oposição, diz:

Ela era nossa grande líder política do PMDB, da oposição era grande líder do MDB, amada pelo José Cardoso Dutra, pelo Gilberto Mestrinho, pelo Plínio Gomes, Grey, pelo João Bosco Ramos de Lima, todos que chegavam iam pra casa dela, depois passaram a ir pra minha casa, mas iam, mas primeiro na casa dela. Foi a criadora da oposição aqui, de receber o Ulisses Guimarães no porto de Parintins (Geraldo Soares de Medeiros, 2016).

O ex-vereador não apenas ressalta o caráter de liderança de Geminiana, mas demonstra, ao trazer os líderes políticos da oposição, como José Cardoso Dutra e Gilberto Mestrinho, que Geminiana recebia em sua casa, ato de proximidade e de certa forma confiança, que essa relação era amigável. Essa sua resposta, que não responde diretamente o que foi perguntado, é um “não dito”, é uma forma de não responder à pergunta realizada e, mais que isso, uma forma de ressaltar que havia uma aproximação e até que fazia ou passou a fazer parte do meio social de Gemica. Essa sua memória, de certa forma, ao perguntarmos sobre o fato de Gemica Bringel ser a única mulher na política, se coloca no grupo que ela fazia parte, mesmo possuindo uma memória diferente da dele.

Pollak, ao falar sobre os elementos que constituem a memória, traz em último lugar, porém não menos importante, um elemento que se torna crucial para entender a memória do ex-vereador, segundo ele:

Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que *a memória é um fenômeno construído*. Quando falo em construção, ao nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (Pollak, 1992, p. 4-5).

O outro relato é do ex-vereador da Arena Seu Orlando Hatta. Ele mudou de partido, segundo o próprio, após ser suspenso por cobrar clareza em alguns atos

administrativos do então prefeito que não considerava corretos, gerando conflitos políticos dentro do seu partido que o levaram para o MDB, no final da década de 1970. Ao ser perguntado como era a relação com Gemica, pelo fato dela ser mulher em um ambiente onde predominava homens, responde:

Rapaz, é até engraçado, ela como mulher no meio do pessoal dos homens, ela era outro homem, não tinha essa porque é ela ser mulher de sexo frágil, era na porrada lá! Era de igual para igual, não tinha esse negócio de ‘ah, Dona Gemica, deixa para lá’ deixa pra lá nada, ela botava pra... depois o pessoal não era tanto por... pelo respeito, era respeito e o que ela ia trabalhar em cima eram coisas que estavam do programa, ela sempre lutou muito pela educação, é muito aquele negócio, Jesus também não agradou a todo mundo, teve alguém que ficou chateado, por causa disso, de ir na cara e ter que dizer e acabou-se, goste ou não goste, não tem esse negócio de ficar enrolando não, mas como parintinense foi uma grande mulher (Orlando da Silva Hatta, 2017).

O que nos chama a atenção nos dois últimos relatos é o fato de ambos, no final da ditadura saírem do partido Arena, e suas memórias sobre a atuação de Gemica Bringel não trazem nenhuma lembrança das desigualdades de gênero.

Ao refazermos a pergunta com outras palavras, o ex-vereador responde:

Não, impressionante, olha uma pergunta boa, impressionante, as discussões relativas ao assunto que ia, engraçado, gritavam de todo jeito dentro da câmara e lá morria, não tinha esse negócio, a e porque está atacando. Nada disso, chegava em um consenso, sabe, endireitava no início, baixava o tom de voz e depois chegava em um consenso (Orlando da Silva Hatta, 2017).

O relato do ex-arenista se assemelha com a memória de Geraldo Medeiros, ao não pontuar a desigualdade de gênero presente no ambiente político da época, porém acentua outras características. Como o fato que ele afirma, para demonstrar que não havia discriminação pelo fato de ser mulher, que dentro daquele ambiente político a vereadora “era outro homem”, atribuindo uma falsa igualdade no ambiente político da época. Não há igualdade em um embate de relações entre homens e mulheres, mas diferenças que devem ser respeitadas, pois ao se equiparar as mulheres em um ambiente masculinizado, genericado, como é o espaço público, suas diferenças devem ser niveladas.

As desigualdades de gênero presentes nos relatos anteriores não aparecem nos dois últimos, de políticos que por muito tempo integraram a Arena, uma vez que por três décadas havia apenas dois partidos que atuavam legalmente no Brasil devido ao AI-2, mecanismo jurídico para manter a ditadura com aparência democrática, por mais que rasa.

Dessa forma, podemos supor que, para Orlando Hatta e Geraldo Medeiros, a imagem que construíram para si no final da ditadura, integrando o mesmo partido de Dona Geminiana Bringel, e pela qual querem ser lembrados, é uma memória conflitante com às de desigualdades de gênero sofridas pela vereadora, pois isso os colocaria em um lugar de embate com ela e assim os tiraria do posto que estavam ao final do período sem democracia do país.

Ao nosso ver, a memória serve como ferramenta que pode ser acionada para fazer-se pertencente a um determinado lado político que o sujeito julga certo, ou que deva pertencer conforme o presente, esquecendo de fatos que muitas vezes são lembrados por sujeitos que buscam retirá-los dos lugares que estabelecem e validam os sujeitos por meio de uma memória.

Assim, podemos dizer que há nesses dois grupos uma disputa de memórias, já que estas se confrontam, e “se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Pollak, 1992, p. 204-205, grifos no original).

Os sujeitos buscam na memória uma lógica que os coloca e os retira de situações ou acontecimentos, de acordo com as conveniências. Sofrendo total influência do presente e das conjunturas políticas e sociais.

Conclusão

Nosso objetivo não foi se limitar a fazer uma análise das memórias e de como os sujeitos apenas lembram o que convém, nem negar que Geminiana era de alguma forma próxima de ambas as pessoas entrevistadas, uma vez que ela tinha uma relação de proximidade com ambos os grupos analisados, seja mais ou menos próxima, pois sua trajetória exigiu, uma vez que nos relatos orais a forma dela fazer política exprime esse caráter conciliador do período, como estratégia para permanecer na política em um momento de recessão democrática.

Nosso objetivo foi principalmente levantar questionamentos que podem ajudar a entender o que está em jogo quando se trata de rememorar sobre a desigualdade de gênero, pois essas memórias implicam estar em um dos lados nesse período. Um período de restrições sobre a liberdade de forma geral, período não democrático e triste da nossa nação brasileira. Esse exercício contribui para colocar sujeitos em lugares nos quais a própria memória é parte da construção de identidade dos grupos, e como esse grupo quer ser visto no período de ditadura. O ato de rememorar possui um valor político, para além do relato ali visto na primeira análise.

Muitas perguntas que ficam para as nossas indagações futuras e que serviram de

norte para este trabalho: Como esses dois grupos trazem para si uma memória de um mesmo período? Como essa memória é selecionada e trazida para uma disputa? De que forma essas memórias sobre as desigualdades de gênero nos ajudam a entender como esses grupos utilizam a memória para reatualizar a visão sobre a ditadura militar e sobre eles mesmos? Como esse período é lembrado por esses sujeitos e que imagem querem repassar como oposição ou que imagens querem repassar como situação? O que está em jogo nesses atos de rememorar?

Depois das lutas e entendimentos sobre a ditadura ocorrida no Brasil, esses sujeitos rememoram, por meio desses debates, das implicações atuais, em cima da própria imagem construída por Dona **Gemica Bringel** dela mesma para os outros. Não podemos negar que, inclusive, a apresentação do projeto ao entrevistado influencia de alguma forma nessas memórias sobre as desigualdades de gênero presentes ou não no espaço político do município de Parintins (AM).

Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-202.
- ANTUNES, Vanessa. *Mulheres do novo século: a condição feminina no Amazonas (1900-1910): um olhar a partir das representações da imprensa amazonense*. Dissertação (Mestrado em História) – Ufam, Manaus, AM, 2014.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 21-30.
- BITTENCOURT, Antonio Ribeiro Clemente. *Memória do município de Parintins*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2001.
- BUTEL, Larice et al. *História e memória política do município de Parintins*. v. 1: de 1947 a 1951. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2011.
- BUTEL, Irian; BUTEL, Larice; CURSINO, Jucielle. *História e memória política do município de Parintins*. v. 2: de 1964 a 1976. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 189, p. 21801, 1 out. 1997.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a escolha e o registro dos candidatos nas eleições de 2016. *Diário da Justiça Eletrônico*: Brasília, DF, n. 242, p. 7-20, 23 dez. 2015.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Versos, 2016.
- CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. *Ulysses Guimarães: Trajetória Política de Um Liberal-*

Democrata na luta contra a ditadura militar (1971–1984). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF, Niterói, RJ, 2011.

ESTRANHA política a de Parintins com fatos que sucedem em sua Edilidade. *Jornal do Commercio*, Manaus, p. 5, 9 out. 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade 2015.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. Brasília: Presidência da República. *Mais mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, 363-385, maio/ago. 2006.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

PASSOS, Elizabete Silva. As mulheres e os saberes: construção do gênero nas Universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos social e político. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: Edufma/Niepem; Salvador: Redor, 2001. p. 21-40.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

REIS, Daswanny Araújo dos. *Por um novo cenário: a mulher na política partidária*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFAM, Manaus, AM< 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. A construção da identidade social de gênero. In: SAMARA, Eni Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de (Org.). *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997. p. 11-51.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo

(Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

Fontes orais

GUEDES, Fátima [64 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM, 5 dez. 2016.

HATTA, Orlando da Silva [72 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM, 16 jun. 2017.

MEDEIROS, Geraldo Soares de [82 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM, 30 set. 2016.

PINHEIRO, Jose Maria [72 anos] [jun. 2017]. Entrevistador: Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM, 16 jun. 2017.

SILVA, Raimunda Ribeiro da. [79 anos]. [nov. 2016]. Entrevistador Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM. 30 nov. 2016.

REIS, Ângela Rodrigues [62 anos] [set. 2017]. Entrevistador: Roger Kenned Repólho de Oliveira e Júlio Cláudio da Silva. Parintins, AM, 6 set. 2017.

Recebido em 13/03/2025

Versão final reapresentada em 25/06/2025

Aprovado em 09/03/2026

Contribuições dos autores: Oliveira: concepção, gravação dos depoimentos, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise dos dados; Silva: gravação dos depoimentos, pesquisa e análise dos dados e redação.

Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) – Bolsa.

Conflitos de interesse: nada a declarar.